

A ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Carla Soares Campos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O sistema de freios e contrapesos é fundamental para o equilíbrio entre os Poderes em democracias modernas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 incorporou esse princípio, promovendo a fiscalização mútua entre Executivo, Legislativo e Judiciário e assegurando a estabilidade institucional.

No entanto, na prática, o sistema enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange à atuação do Judiciário em questões de alta relevância política e social. Este artigo busca analisar os limites e competências do Poder Judiciário dentro do sistema republicano brasileiro, explorando os mecanismos de controle recíproco e sua contribuição para a preservação democrática.

Objetivo

Analisar os limites e competências do Poder Judiciário no sistema de freios e contrapesos estabelecido pela Constituição Federal de 1988, com ênfase na sua atuação na preservação da estabilidade democrática.

Material e Métodos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. As fontes incluem livros, artigos científicos e documentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988 e decisões do STF. Para garantir a atualidade, foram selecionados materiais publicados entre 2018 e 2024, priorizando estudos encontrados em bases como Scielo e Google Acadêmico. O método consistiu em três etapas: levantamento e seleção de fontes relevantes, análise crítica do conteúdo com foco nos mecanismos de controle entre os Poderes e interpretação dos resultados à luz da teoria da separação dos poderes. Esse processo permitiu compreender as limitações e potencialidades do sistema de freios e contrapesos no contexto republicano brasileiro.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos evidenciam a relevância e os desafios inerentes ao sistema de freios e contrapesos no Poder Judiciário brasileiro. A análise de decisões emblemáticas do Supremo Tribunal Federal (STF) demonstrou como o Judiciário tem exercido sua função constitucional de controle, garantindo a legalidade de atos normativos e



administrativos e protegendo os direitos fundamentais. Entretanto, alguns casos revelaram tensões entre os Poderes, destacando a necessidade de delimitar claramente as competências para evitar a sobreposição ou o ativismo judicial.

A pesquisa também identificou que os mecanismos de controle recíproco enfrentam dificuldades relacionadas à efetividade prática, como a judicialização excessiva de questões políticas e a demora na resolução de conflitos. Essas questões levantam reflexões sobre o impacto do Poder Judiciário na dinâmica democrática e na estabilidade institucional. Em contrapartida, foram observados avanços no fortalecimento das prerrogativas institucionais e na promoção de transparência e diálogo entre os Poderes.

A discussão aponta para a necessidade de reformas que aprimorem a interação entre os Poderes, assegurando que o sistema de freios e contrapesos funcione de maneira mais harmônica e eficiente. Assim, este estudo contribui para um melhor entendimento dos desafios e potencialidades do Poder Judiciário no contexto republicano brasileiro, abrindo espaço para debates futuros sobre propostas de aprimoramento.

Conclusão

O sistema de freios e contrapesos é fundamental para a manutenção do equilíbrio entre os Poderes e a preservação da estabilidade democrática no Brasil. Este estudo evidenciou os desafios enfrentados pelo Poder Judiciário na aplicação prática desse mecanismo, incluindo a judicialização de questões políticas e as tensões institucionais.

Os resultados reforçam a importância de aprimorar os mecanismos de controle recíproco e fomentar o diálogo entre os Poderes, garantindo que o Judiciário atue de forma eficiente e dentro de seus limites constitucionais. Assim, este trabalho contribui para uma melhor compreensão do papel do Judiciário no sistema republicano e aponta caminhos para futuras reflexões e reformas.

Referências

REFERÊNCIAS BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 14 abr. 2025.

JUSBRASIL. O sistema de freios e contrapesos. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br. Acesso em: 14 abr. 2025.

POLITIZE! Sistema de freios e contrapesos: o que é? Disponível em: https://www.politize.com.br. Acesso em: 14 abr. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Separação dos poderes e sistema de freios e contrapesos. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/503_arquivo.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.